

BC trabalha para que juros do crédito caiam rapidamente

O Banco Central continuará trabalhando para que haja queda de juros do crédito mais rápida, afirmou o presidente da autarquia, Ilan Goldfajn, ao apresentar o Relatório de Inflação, em Brasília

Ele destacou que a Febraban deve anunciar em abril medidas relacionadas ao cheque especial, mas não deu detalhes sobre as mudanças. Goldfajn lembrou que nesta semana o BC anunciou medidas para baratear o custo de uso das máquinas de cartão de crédito pelos lojistas, com objetivo de reduzir os preços cobrados dos consumidores.

O BC também anunciou a redução dos depósitos compulsórios, o que libera mais recursos para os bancos emprestarem aos clientes. A redução dos compulsórios pode resultar na diminuição do spread bancário. Para o presidente do BC, os efeitos do ciclo atual de cortes na taxa básica, a Selic, nos juros



Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn.

dos empréstimos “estão mais ou menos compatíveis com outros episódios [de redução da Selic] do passado”.

Goldfajn enfatizou que é preciso balancear a neces-

sidade de garantir uma velocidade adequada da volta da inflação para a meta e, ao mesmo tempo, assegurar que essa “conquista” e dos juros mais baixos se mantenha por

tempo prolongado. Para ele, o objetivo que é seja uma mudança “mais estrutural e não só conjuntural”.

“A economia brasileira precisa continuar com os ajustes e reformas. As projeções do Copom embutem as reformas. Não é uma questão de curto prazo, mas uma questão de continuarem a ser implementadas”, disse, destacando a reforma da Previdência e o projeto de autonomia do BC, que será enviado ao Congresso pelo governo. Ilan acrescentou que os riscos para a inflação e a economia brasileira estão na interrupção desses ajustes e reformas e de mudanças no cenário internacional, atualmente benigno para a economia brasileira (ABR).

Compliance Jurídico



Leslie Amendolara (*)

Conceito – Disciplinas e procedimentos que visam prevenir riscos e estabelecer regras para cumprimento correto de normas legais.

Informar e analisar o conteúdo de novas leis e regulamentos que podem afetar a empresa.

Investigar práticas ilegais que possam estar sendo praticadas pela empresa.

Regular: corrigir erros e aplicações de normas.

Avaliar o impacto das novas leis.

O cumprimento de normas legais compreende o exame de contratos que geram obrigações para a empresa.

Procedimentos que envolvam o consumidor e o direito ambiental.

Descumprimento de normas

Denunciar infiltrados que possam descobrir a existência de fraudes e ou erros na aplicação das normas legais.

Programa de Conduta Ética - A Ética supõe uma conduta interior independente da norma, seja de pessoa física como jurídica que podem, se não forem observadas, causar danos à sociedade.

O Programa deve compreender uma estrutura para

formação de lideranças capazes de transmitir o conceito ético e dissimulá-las junto aos subordinados. Na companhia aberta deve focar a divulgação de informações aos acionistas minoritários.

Independência e segregação da área do Compliance Jurídico.

Independência: quem analisa e corrige essas fraudes não deve participar das operações comerciais da sociedade nem das atividades rotineiras do Departamento Jurídico.

Colaboração com as autoridades - A colaboração com as autoridades pode mitigar sanções e, em certos casos, diminuir e eximir responsabilidades.

Riscos - A colaboração com as autoridades pode porem envolver riscos, e até mesmo processos, pois em certos casos o Ministério Público não pode deixar de assumir e promover uma ação Civil Pública.

Treinamento - Visa mediante trabalho permanente estabelecer junto aos gerentes o perfil ético a ser seguido, pois a imagem da Empresa externa deve transmitir à sociedade visibilidade de seus negócios.

(*) - Direito Empresarial e Mercado de Capitais.

Trabalhador usa saques de contas inativas do FGTS para comprar imóveis

A maior parte dos recursos sacados das contas inativas do FGTS por clientes bancários foi destinada para a compra de imóveis e redução do endividamento, segundo análise publicada no Relatório de Inflação, divulgado pelo Banco Central (BC), em Brasília. Na análise, foi possível mapear o destino de R\$ 13,055 bilhões, representando em torno de 30% dos recursos totais sacados (R\$ 44,3 bilhões).

Desse total analisado, 38,4% foram destinados para redução de endividamento, 2,6% para redução de inadimplência, 14% para aumento de gastos no cartão de crédito, 4,5% para compra de veículos e 40,5% à aquisição de imóveis. Por conta da limitação de dados, a evolução de dívidas contraídas fora do sistema bancário e o consumo realizado por outros meios de pagamento não foram investigados.

Entretanto, o BC acredita que R\$ 15 bilhões, ou 54% dos recursos totais sacados, podem ter sido destinados para financiar gastos realizados com outros meios de pagamento – dinheiro, cartões de débito, boleto e transferências bancárias – e para realizar investimentos em ativos financeiros. Sobre o montante sacado por indivíduos sem acesso a cartão de crédito ou a empréstimos do setor bancário e, portanto, não incluídos na análise (R\$ 16,1 bilhões), a hipótese é que os recursos foram destinados ao consumo.

A liberação do saque do FGTS ocorreu no ano passado, com injeção de R\$ 44,3 bilhões na economia, representando 0,71% do PIB de 2016, 2,84% do saldo total de crédito para pessoas físicas e 7,24% do saldo de crédito livre rotativo (cheque especial e cartão de crédito) para pessoas físicas no final de 2016. Aproximadamente, 26 milhões de indivíduos foram beneficiados, com saque médio de R\$ 1.704.



Relatório diz que 40,5% dos trabalhadores usaram recursos do FGTS para adquirir imóveis; 38,4% pagaram dívidas.

O BC estima que houve queda de aproximadamente R\$ 5 bilhões no endividamento, excluindo os novos financiamentos de veículos e imóveis. O relatório também aponta redução de aproximadamente R\$ 335 milhões na inadimplência (valores em atraso) e impacto positivo de R\$ 7,7 bilhões nas despesas das famílias. O caso dos gastos, R\$ 1,83 bilhão foi destinado a consumo realizado por meio de cartões de crédito nas modalidades à vista e parcelado com lojistas, R\$ 590 milhões no valor gasto na entrada para compra de veículos e R\$ 5,3 bilhões gastos em entrada para compra de imóveis.

O BC também projeta que houve aumento de R\$ 799 milhões e R\$ 6,8 bilhões na concessão de novos financiamentos de

veículos e imóveis, respectivamente. Esses valores representam incremento de 2,7% e 18,9% no valor total financiado quando comparado com os mesmos meses do ano anterior. Os saques das contas inativas, “aliados à queda da inflação e melhoria do mercado de trabalho, com consequente aumento da renda real, à queda dos juros e ao aumento da confiança”, contribuíram para a retomada da economia brasileira.

“A liberação para saques dos recursos das contas inativas do FGTS contribuiu para impulsionar o consumo de bens duráveis e não duráveis e reduzir o endividamento dos indivíduos beneficiados pela medida, assim como regularizar parte do saldo de crédito em atraso junto ao setor bancário”, concluiu o Banco Central (ABR).

Ataque a escola reabre debate sobre porte de armas nos EUA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou, em uma mensagem postada no Twitter, que a segunda emenda da Constituição do país – que garante aos cidadãos norte-americanos o direito ao porte de armas – nunca será revogada. “A segunda emenda jamais será revogada!”, afirmou Donald Trump. O texto foi publicado com letras maiúsculas, o que na internet tem um valor de grito ou uma forte afirmação. No texto, ele disse que isso não vai acontecer, “embora os democratas queiram”.

A declaração foi feita depois que, na última terça-feira (27), o juiz aposentado da Suprema Corte John Paul Stevens afirmou que a “eliminação da emenda seria a solução para combater e eliminar a violência armada no país”. “De jeito nenhum [apesar das palavras do juiz]. Precisamos de mais republicanos em 2018 e esperamos mais da Suprema Corte”, destacou.

Mudanças nas regras, aumento do controle de armas e até mesmo uma discussão sobre a retirada da emenda permeiam o debate para combater a violência armada no país, principalmente após casos de tiroteios, como o que matou 17 pessoas em uma escola de ensino médio em Parkland, na Flórida, em fevereiro passado. Desde en-



Milhares de manifestantes se reuniram no último sábado (24) em Washington, em protesto pelo controle de armas nos Estados Unidos.

ficada em 1791 e é considerada um dos preceitos de cidadania nos Estados Unidos. O texto declara que, “sendo necessária uma milícia bem ordenada para a segurança de um Estado livre, o direito do povo a possuir e portar armas não poderá ser violado”. O fator cultural é determinante na questão das armas nos Estados Unidos, assim como a atuação política da Associação Nacional do Rifle (NRA), entidade que mantém conexões usuárias de armas e a indústria bélica, além de manter altas doações para políticos no país, nos estados e no Congresso (ABR).

ção, estudantes da escola, pais, professores e entidades ante armas têm realizado frequentes marchas em protesto, várias delas em Washington.

No último sábado (24), uma multidão se reuniu na capital americana, em uma das maiores demonstrações de que parte da sociedade civil quer mudanças. O governo Trump está discutindo mudanças, como por exemplo o aumento da idade para compra de armas, para 21 anos, bem como a proibição de venda de dispositivos que aumentam a capacidade de disparos, transformando um revólver em uma arma mais potente, com disparo automático.

A segunda emenda foi ratificada em 1791 e é considerada um dos preceitos de cidadania nos Estados Unidos. O texto declara que, “sendo necessária uma milícia bem ordenada para a segurança de um Estado livre, o direito do povo a possuir e portar armas não poderá ser violado”. O fator cultural é determinante na questão das armas nos Estados Unidos, assim como a atuação política da Associação Nacional do Rifle (NRA), entidade que mantém conexões usuárias de armas e a indústria bélica, além de manter altas doações para políticos no país, nos estados e no Congresso (ABR).

Setor de locação comercial dá sinais de recuperação

O número de novos contratos de locação de imóveis comerciais na cidade de São Paulo foi 9% maior no primeiro bimestre de 2018 na comparação com igual período do ano passado. As informações são da Lello, administradora e imobiliária paulistana. Os contratos comerciais responderam por 13% das novas locações neste ano, três pontos percentuais a mais do que nos dois meses iniciais de 2017.

As salas e conjuntos comerciais, mostram aos poucos, que estão se recuperando. Elas geralmente são procuradas para a instalação de escritórios de advocacia e de clínicas médicas e odontológica, foram os mais procurados, respondendo por 37% dos contratos firmados nos dois primeiros meses de 2018. O valor médio do aluguel para esse tipo de imóvel foi de R\$ 1.780,00.

O segundo tipo de imóvel mais procurado foram as casas comerciais, usadas para escritórios, escolas de línguas e clínicas de estética, entre outras atividades. Elas responderam por 29% das novas locações, com valor médio de aluguel de R\$ 3.000,00. Já os salões e lojas comerciais, com valor médio de aluguel de R\$ 4.200,00, representaram 20% dos novos contratos. Esses imóveis costumam ser procurado para instalação de oficinas de automóveis, lan-

chonetes, farmácias, comércio de roupas e sapatos, presentes, entre outros.

Os galpões, usados principalmente para armazenamento e por indústrias, responderam por 8% das novas locações no primeiro bimestre, e tiveram valor médio de aluguel de R\$ 6.500,00.

Já os prédios comerciais – para instalação de pequenas e médias empresas de produção industrial, além de comércio e escolas, representaram 4% dos novos contratos, com aluguel médio de 12.000,00, e os terrenos – usados principalmente para estacionamentos – responderam por 2% e tiveram aluguel médio de 2%.

“Com o aquecimento da economia, embora ainda lento, o setor de locação comercial começa a dar sinais de recuperação. O fechamento de novos negócios depende muito da boa vontade dos proprietários, seja na concessão de descontos sobre o preço do aluguel inicialmente proposto, seja na negociação de condições contratuais”, afirma Roseli Fernandes, diretora de Locação da Lello Imóveis.

Segundo ela, essa melhora também se deve à troca de imóveis. “Muitos clientes estão trocando de imóveis para reduzir as despesas com aluguel, e isso provoca movimentação no mercado”, conclui (AI/Lello).

Maioria dos brasileiros está preocupada com a febre amarela

Entre as doenças que costumam tirar o sono dos brasileiros no começo do ano, a febre amarela é que mais deixa a população apreensiva em todo o país. A maioria dos brasileiros está mais preocupada com essa doença do que com outras como dengue (16%) e zika (14%), segundo pesquisa realizada pela Ipsos.

O sudeste (73%), que concentra o maior número de casos, está mais apreensivo do que as demais regiões – centro-oeste (70%), nordeste (63%), norte (53%) e sul (47%). Três em cada dez entrevistados (28%) declararam que tomaram a vacina nos últimos seis meses. O número sobe para 45%, quando considerado apenas as respostas do sudeste, onde as campanhas contra a doença estão mais fortes.

Os mais escolarizados são também os que mais se vacinaram – 37% dos entrevistados com ensino superior completo se protegeram contra a doença recentemente. A ameaça da febre amarela é considerada algo muito preocupante para 64% dos entrevistados. Esse índice cresce no nordeste (77%), norte (75%) e sudeste (70%) e entre os sem instrução (75%) ou com até cinco anos de estudo (75%).

A pesquisa integra o estudo Pulso Brasil realizado mensalmente pela Ipsos. Foram entrevistadas presencialmente 1.200 pessoas em 72 cidades do Brasil entre 1º e 16 de fevereiro. A margem de erro é de três pontos percentuais.

Fonte e mais informações: (www.ipsos.com).